
RELENDO LÊNIN: UM BALANÇO DO DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE O IMPERIALISMO

REREADING LENIN: A REVIEW OF THE CONTEMPORARY DEBATE ABOUT THE IMPERIALISM

RELEYENDO LENIN: UNA REVISIÓN DEL DEBATE CONTEMPORANEO SOBRE EL IMPERIALISMO

Marcos Vinícius Pansardi¹

Resumo:

Este texto aborda o surgimento do conceito fecundo de imperialismo, na segunda década do século XX, a desconfiância em seu uso que se instala na década de 1970, seu retorno na década de 1990 e início do século XXI, apropriado por visões reformistas e conciliatórias. Todavia, no seio do contexto atual, retoma-se Lênin e Gramsci, instala-se na esquerda o debate cuja finalidade não é outra que entender e explicar o mundo, recorrendo a releituras dos clássicos e sua atualização.

Palavras-chave: Imperialismo, debate, contexto atual.

Abstract

This paper addresses the emergence of the fecund concept of imperialism, in the second decade of the twentieth century, the mistrust in their use that is installed in the 1970s, his return in the 1990s and early twenty-first century, appropriated by reformist and conciliatory views. However, within the current context, brings back Lenin and Gramsci, settles in the left the debate whose purpose is none other than understanding and explaining the world, appealing to reinterpretations of classics and its updating.

Keywords: Imperialism, debate, current context.

Resumen

En este trabajo se aborda el surgimiento del concepto fecundo de imperialismo, en la segunda década del siglo XX, la desconfianza en el uso que se instala en la década de 1970, su regreso en la década de 1990 y principios del siglo XXI, apropiado por puntos de vista reformistas y conciliadores. Sin embargo, en el contexto actual, se recoge a Lenin y Gramsci, se instala en la izquierda el debate cuya finalidad no es otra que entender y explicar el mundo, recorriendo a reinterpretaciones de los clásicos y su actualización.

Palabras clave: Imperialismo, debate, contexto actual.

Introdução

A história do conceito de imperialismo dentro do pensamento marxista não teve um desenvolvimento linear. Criado na segunda década do século XX teve neste período seu desenvolvimento mais brilhante. Originado dos debates no seio da Segunda Internacional sobre as causas e consequências da Primeira Guerra Mundial, este conceito se desenvolveu com os trabalhos de Rosa Luxemburgo (*A acumulação do capital* – 1913), Karl Kautsky (*A questão colonial* - 1914), Nicolai Bukharin (*A economia mundial e o imperialismo* – 1915) e principalmente, Lênin (*Imperialismo, fase superior do capitalismo* – 1916).

O segundo período mais importante da história do conceito de imperialismo viria com os anos 60 com a tentativa dos marxistas de compreender o contexto da Guerra Fria e das lutas anticoloniais. São deste período os textos de autores norte-americanos ligados à revista marxista *Monthly Review* – Paul Sweezy e Paul Baran (*O capital monopolista* - 1966) e Harry Magdoff (*A era do Imperialismo* - 1969). Também deste período são os trabalhos de Ernest Mandel (*Ensaio sobre o neocapitalismo* – 1969, *O capitalismo tardio* - 1972).

Entretanto, a partir dos anos 70 o conceito de imperialismo entrou em um período de estranho esquecimento. Este conceito progressivamente foi desaparecendo das análises marxistas, substituído em importância pelos conceitos de neoliberalismo e globalização (mundialização). A tentativa de explicação deste aparente desaparecimento deve ser buscada em causas históricas e também da própria teoria. Historicamente esta década representa o fim do colonialismo, como também o auge da política da détente entre Estados Unidos e União Soviética. Também caracterizava este período fatos que pareciam contradizer as afirmações das teorias clássicas do imperialismo: fim dos conflitos interimperialistas, o desenvolvimento econômico do Terceiro-Mundo e o declínio da economia norte-americana.

Portanto, teoricamente o conceito de imperialismo parecia não mais dar conta da complexidade do mundo contemporâneo². Vários autores viam, além disso, um exagerado ecletismo no uso deste conceito e, portanto, a profusão de trabalhos que tinham pouco a contribuir para o debate sobre as questões internacionais (WEEKS, 1988).

Contudo, os anos 80 e 90 veem reacender os conflitos e intervenções militares promovidas pelos Estados Unidos. A chamada “segunda Guerra Fria”, desencadeada pelo governo Reagan (1981-1988), que resultou em ações militares em países tais como Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Granada e Panamá. As posteriores intervenções nos Balcãs (Iugoslávia e Kosovo), no Golfo nos anos 90, e finalmente após os ataques de 11 de setembro de 2001 ao *World Trade Center* e a consequente intervenção norte-americana no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003), propiciam o ressurgimento do debate sobre o imperialismo.

Por outro lado, no campo teórico, o sucesso do livro de Antonio Negri e Michael Hardt, *Império* (2001), que proclamava o fim do imperialismo, foi o estopim necessário para que o debate sobre o conceito se tornasse inadiável³.

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que o conceito sofria um esquecimento no campo da esquerda, este surpreendentemente ressurgia entre intelectuais, políticos e publicistas conservadores norte-americanos. Como se sabe o conceito de imperialismo nunca foi aceito nos meios intelectuais deste país. Por um lado, o conceito de imperialismo era visto como contaminado pela ideologia comunista, como não tendo base científica⁴. Por outro lado, o discurso dominante nunca aceitou que os Estados Unidos fossem caracterizados como uma potência imperialista, a crença no seu papel de defensor e propagador dos ideais democráticos seria um antídoto a qualquer tentação colonialista.

Assim, é interessante como o discurso dominante nos Estados Unidos neste período, refletido em publicações respeitáveis como o *New York Times* e a *Foreign Affairs*, passa a aceitar a ideia de um império norte-americano⁵. Certamente não é o conceito de imperialismo como desenvolvido pela

esquerda, mas outro conceito de império: um império benévolo, um império centrado no “*soft power*” político, moral e cultural. Os norte-americanos passam a se ver como um novo império romano em luta contra os bárbaros em todo o mundo. Uma liderança legítima desempenhando um papel civilizatório insubstituível.

[...] (sobre o conceito de) “romanização” [...]: entendida como a assimilação da cultura e da visão de mundo política romanas por parte dos povos conquistados. Os conquistados se tornavam parceiros na condução do império. [...] A supremacia romana estava baseada na combinação magistral de violência e persuasão psicológica – os castigos mais duros para aqueles que a desafiavam, a percepção de que o seu poder não conhecia limites e os prêmios eram concedidos apenas para aqueles que se conformavam. (PANITCH; GINDIN; 2006, p. 20).

No campo acadêmico esta posição foi traduzida na “teoria da estabilidade hegemônica” e foi originalmente formulada por Charles Kindleberger em 1973 (*The world in depression*). Nesta teoria a estabilidade de um sistema internacional depende fundamentalmente da existência de uma potência hegemônica claramente definida. Esta potência garantiria a eficácia deste sistema porque este reflete o seu interesse particular, o que não exclui benefícios para aqueles que se colocam sob o seu campo hegemônico. No campo político, a estabilidade significa que as regras estabelecidas pelo direito internacional e pelos regimes será garantida e, portanto, a paz, mais do que a guerra, prevalecerá. No campo econômico, a cooperação e o papel das organizações internacionais econômicas, como a OMC (Organização Mundial do Comércio), serão respeitadas.

Lênin e Gramsci: dois clássicos sobre o imperialismo

Para Lênin, o imperialismo não é simplesmente uma evolução do capitalismo em geral, mas produto de uma fase específica que ele chamou de “capitalismo monopolista”. E este se caracteriza “do ponto de vista econômico, (pela) substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas” (LÊNIN, 1982, p. 641).

O imperialismo seria fruto do capitalismo em uma fase de domínio dos monopólios e do capital financeiro, em que o domínio dos *trusts* internacionais é a ponta de lança da partilha da terra entre os países dominantes.

A explicação do surgimento desta nova fase do capitalismo está ligada às análises de Marx sobre as tendências de evolução das estruturas econômicas do capitalismo. Particularmente as teorias sobre a queda das taxas de lucro. Assim, a passagem de um capitalismo de livre concorrência para outro de caráter monopolista tem que ser compreendido dentro de um processo de crise de acumulação, crise esta fruto do próprio crescimento estrutural do sistema.

A livre concorrência significava uma separação algo rígida dos processos de acumulação econômica capitalista e o desenvolvimento do estado liberal – da separação entre dominação política e dominação econômica. Com a crise da economia capitalista se construiu as condições para que o estado burguês também mudasse suas funções, rompendo com os limites da ação do estado na economia e iniciando o processo de centralização, intervenção e militarização do estado burguês. A partir deste

momento a expansão dos interesses mercantis das burguesias nacionais, para além de suas fronteiras, seria patrocinado e protegido pelos seus respectivos estados, o que levaria inevitavelmente ao choque de interesses econômicos traduzidos nas guerras interimperialistas. Portanto, dois processos que caminhavam relativamente em paralelo no capitalismo concorrencial passam a se interpenetrar e influenciar mutuamente.

Assim, a teoria do imperialismo não aborda apenas as relações de exploração dos países periféricos pelos países centrais, mas também os conflitos e as relações hierárquicas que se estabelecem entre as potências capitalistas (KATZ, 2002). Esta leitura “vertical” do sistema tem que ser complementada com uma leitura “horizontal” desta estrutura, ou seja, junto à construção de um mercado mundial capitalista, que funciona por cima dos limites das fronteiras nacionais, existe um sistema mundial de estados nacionais, organizado sobre uma estrutura de classes e de luta de classes que constitui o seu piso fundamental. É dentro destes dois “níveis” que se estabelece a estrutura orgânica do sistema capitalista.

Outra leitura marxista sobre o imperialismo vamos encontrar no pensamento de Gramsci. Este é um autor reconhecido pela sua grande contribuição na renovação do pensamento marxista, em particular no campo dos estudos políticos, mas em geral não é visto como um autor que traga uma contribuição original para o debate sobre o imperialismo, mas, como veremos, esta é uma afirmação apressada.

Uma leitura atenta dos *Cadernos do Cárcere* nos mostra que realmente Gramsci raras vezes usou a palavra “imperialismo” e quando o fez foi para caracterizar a época que vivia (“na época atual do imperialismo”), no sentido clássico do seu uso por Lênin, ou seja, no período da ascensão do capital monopolístico, do capitalismo monopolista de Estado.

Precisamos lembrar que Gramsci colocou todas as questões em torno das quais se acende a luta política não num plano corporativo, mas num plano “universal”. Assim se daria com a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. Ou seja, a hegemonia não pode ser restrita ao campo nacional, pois “toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação educacional que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais” (GRAMSCI, 1986, p. 37).

Discordando de Lênin, Gramsci não vê no conceito de imperialismo a única forma de explicação para a expansão internacional das grandes potências. Pois, para ele, há uma clara diferenciação entre hegemonia (primado civil, momento político-ideológico) e imperialismo (primado estatal, momento econômico-financeiro). Aqui teríamos a chave para compreender a visão gramsciana sobre as relações internacionais: assim como na esfera nacional, também no campo internacional o poder político pode ser compreendido sob a dialética coerção-consenso, ou seja, dominação (imperialismo) e hegemonia mundial. Assim, para Gramsci o conceito leninista do imperialismo não poderia ser compreendido de maneira a-histórica. Fiel à sua visão fortemente historicista, os conceitos só podem ter concretude dentro do processo histórico. O imperialismo, portanto, não pode ser visto como um conceito válido para todas as épocas e fases do capitalismo, também não pode ser visto como fruto de um determinado estágio do

capitalismo ou a consequência inevitável do processo de expansão e crise da acumulação capitalista. Deve-se buscar o conceito não apenas nas estruturas econômicas do capitalismo, mas também nas completas relações destas com as estruturas políticas dentro de um determinado bloco histórico.

Gramsci pensou o sistema internacional a partir dos conceitos de hegemonia mundial e imperialismo, sendo este conceito fruto de uma determinada forma de ordem mundial, das relações entre os entes estatais e privados operando neste espaço.

Assim, projetos hegemônicos se formam e operam também em um espaço social transnacional, dado que a política ainda está organizada dentro do contexto de um estado ou de vários estados nacionais.

O debate contemporâneo

Como vimos, o debate sobre o imperialismo renasceu nos primeiros anos do século XXI e a sua origem, paradoxalmente, estava na acolhida do termo pelos conservadores norte-americanos (BORON, 2007). Pelo lado da esquerda, novamente de maneira paradoxal, o debate se inspira em uma obra que nega a atualidade do conceito, em realidade decreta sua morte.

A obra de Antonio Negri e Michael Hardt teve uma curiosa recepção, foi saudada de maneira entusiástica pela imprensa conservadora como o *New York Times*, a revista *Time*, o *London Observer* e o *Foreign Affairs* (FOSTER, 2002). Setores de esquerda ligados aos movimentos alteromundistas ou antiglobalização também viram com muito bons olhos o surgimento da obra. Por outro lado, muitos intelectuais marxistas fizeram duras críticas à obra, procurando reafirmar a importância do conceito de imperialismo.

É importante, para se compreender a complexidade da recepção desta obra, entender que o propósito dos autores, que eram ligados (pelo menos no caso de Negri) à tradição da esquerda radical, era fazer uma crítica profunda ao processo de globalização neoliberal, de contribuir teoricamente com os movimentos de contestação à nova ordem mundial.

O livro se propõe a renovar o pensamento político da esquerda, não renegando a priori a contribuição marxista e inclusive se colocando como continuador da obra leninista. Para os autores, inclusive a ideia de império já poderia ser encontrada na obra de Lênin, pois na visão deste autor o imperialismo seria, em última instância, disfuncional para o avanço da acumulação capitalista.

Para Hardt e Negri o surgimento do império se coloca no campo da luta de classes, sua origem está justamente no recrudescimento dos movimentos anti-imperialistas do final dos anos 60.

Apesar de se colocarem em oposição à pós-modernidade, os autores incorporam muito dos conceitos-chave desta visão. Assim, para os autores a criação de um mercado globalizado levou a transnacionalização da economia quebrando o controle dos estados nacionais sobre os fluxos comerciais e gerando a descentralização produtiva.

Junto à globalização da economia, temos também a descentralização do poder político e das normas jurídicas: a constituição e a disseminação de organismos e novos atores internacionais não-estatais

quebram o monopólio dos estados na arena internacional. O próprio estado nacional entra em crise e com ele o imperialismo:

[...] a história das guerras imperialistas, interimperialistas e anti-imperialistas acabou. O fim dessa história introduziu um reino de paz. [...] toda guerra imperial é uma guerra civil, uma ação policial (HARDT; NEGRI, 2001, p. 208-209).

Com o fim dos estados nacionais seu lugar é ocupado pelo Império, estrutura sem centro e limites eliminando a tradicional polaridade entre o nacional e o internacional. O fato de haver um poder difuso e descentralizado não tornou o papel dos Estados Unidos obsoleto. Seu papel foi transformado, de potência imperialista para potencia imperial, isto significa que o poder norte-americano não é exercido em seu benefício próprio, mas sim em benefício do império, da ordem mundial.

Segundo os autores, os Estados Unidos são os gestores da nova ordem mundial, é “o único poder capaz de administrar justiça internacional [...] em nome do direito global” (HARDT, NEGRI, 2001, p. 198). Esta visão se harmoniza perfeitamente com a visão dos próprios norte-americanos sobre a sua “missão” como guardiões da ordem mundial. Assim, não é estranho que tenha sido tão bem acolhida por lá.

As concepções de Hardt e Negri suscitaram três tipos de resposta. Em primeiro lugar, há aqueles que retornam à obra de Lênin para reafirmar a atualidade de suas teorizações; a segunda resposta, a mais comum, ainda que não renegue a interpretação leninista do imperialismo, compreende que esta precisa ser atualizada, incorporando as mudanças acontecidas nas últimas décadas. A terceira, coloca-se em oposição à teoria de Lênin, afirmando que é necessário buscar novas bases teóricas para este conceito.

Para o primeiro grupo, a essência do capitalismo não mudou, estamos ainda na fase monopolista do capitalismo. Mesmo percebendo mudanças em relação à situação histórica das primeiras décadas do século XX, e/ou apontando alguns limites ou deficiências na teoria leninista do imperialismo, consideram esta teoria essencialmente correta. Esta é a leitura de Spyros Sakellariopoulos⁶ que afirma que os cinco elementos básicos da interpretação de Lênin (formação dos monopólios, criação do capital financeiro, superioridade da exportação de capital, formação de empresas multinacionais, divisão do mundo entre os estados mais poderosos) se mantem atuais. John Bellamy Foster (2002) defende a mesma ideia, para este autor a atualidade do conceito clássico do imperialismo se dá pela associação entre a “concentração e a centralização do capital e o nascimento do estágio do monopólio [...] caracterizados pelo capitalismo monopolista numa fase avançada da globalização”. Em verdade, esta resposta não é comum, ao contrário é uma exceção entre as análises contemporâneas sobre o imperialismo.

O segundo grupo é o mais numeroso, ou seja, aqueles que desenvolveram argumentos que procuram corrigir ou adaptar o conceito de imperialismo à sociedade contemporânea.

Antes de tudo é importante compreender que alguns temas são consenso entre os analistas aqui apresentados. Primeiro, a compreensão de que houve uma mudança no sistema capitalista (uma nova fase) entre o final dos anos 60 e início dos anos 70.

Para Harvey (2003) esta mudança é fruto de uma nova crise de superacumulação, de uma sensível queda da taxa de lucro, da incapacidade das grandes potências em manter a acumulação baseada

na reprodução ampliada e sua gradual substituição pela acumulação via desapossamento (ou espoliação)⁷. Em resumo, uma crise fiscal do estado desenvolvimentista norte-americano (HARVEY, 2003, p. 57).

Já para Gowan, Panitch e Shaw (2001 apud LEITE, 2010), assim como para Duménil e Lévy (2007), a nova ordem mundial cosmopolita teria início com os processos de desregulamentação financeira dos anos 70. Este processo pode ser inserido na tendência geral da globalização ou mundialização da economia, como resposta da crise estrutural apontada acima. As estruturas econômicas e políticas que sustentavam tanto as formações nacionais como globais se enfraqueceram e se tornaram incapazes de sustentar a ordem mundial (AMIN, 2002; CALLINICOS, 1994; KATZ, 2002).

Outro ponto de consenso é aquele que caracteriza o imperialismo contemporâneo e que o distingue do período descrito por Lênin foi o fim da política colonialista, o fim da luta pela partição do mundo entre as potências imperialistas. Com o fim da União Soviética e do sistema socialista, os últimos redutos a serem alcançados pela expansão do mundo capitalista estavam conquistados (mesmo que ainda alguns estados autodeclarados socialistas ainda existam). O conflito interimperialistas assim perde sua grande motivação, a conquista territorial através da dominação militar, sendo esta a causa essencial das guerras contemporâneas. O período que se seguiu à segunda Guerra Mundial não assistiu mais o conflito armado entre as grandes potências. A Guerra Fria, como sabemos, não chegou a desencadear um conflito bélico entre os Estados Unidos e a União Soviética, no entanto que isso não significou a paz mundial, mas sim que os conflitos militares foram transferidos do primeiro para o terceiro mundo. As guerras contemporâneas, anteriormente citadas, exemplificam isso. O conceito de neocolonialismo ou de recolonização demonstra que a exploração do terceiro mundo não acabou, apenas mudou suas estratégias.

Ha-Joon Chang (2004) escreveu um livro que já se tornou um clássico: *Chutando a escada*; neste texto, para além de sua tese principal (a crítica ao conceito liberal de desenvolvimento econômico), o autor contesta as teses marxistas sobre o imperialismo procurando mostrar que concomitante com o desenvolvimento da industrialização do terceiro mundo, a exploração destes países pelas grandes potências diminuirá. Assim, a crítica marxista clássica ao imperialismo econômico precisava mudar, pois para este autor, partindo do exemplo de seu país, a Coreia do Sul, era possível sim atingir níveis de desenvolvimento econômico dos países ricos.

A resposta de Katz (2002), como também de Wallerstein (2003) reafirma os pressupostos do imperialismo, pois para estes autores uma concepção que defenda que os países da periferia podem se tornarem desenvolvidos seria tão ilusória como uma concepção que defenda que os pobres podem se tornarem ricos dentro da sociedade capitalista. O que não significa efetivamente que ao longo da história algum país não possa se desenvolver e ascender da periferia ao centro do sistema. Por outro lado, temos que diferenciar um ocasional ascenso de um país, medido em termos de indicadores econômicos e sua real posição enquanto ator dominante na estrutura de poder global. Qual o real poder político da Coreia do Sul no sistema de dominação global?

Por isso, mesmo partindo da constatação de alguns autores, como Went (2001 apud LEITE, 2010), Amin (2002), Hudson, (2003), Callinicos, (1994), de que uma característica marcante da nova conjuntura mundial é que a importação/exportação de capitais e mercadorias se dá fundamentalmente

entre os países mais ricos e não entre centro e periferia como na época de Lênin, não leva estes autores a negar o conceito de imperialismo, mas sim de compreender como a nova estrutura econômica globalizada rompe com a dicotomia interno/externo do período anterior, e também verificar que isso sinaliza com uma exclusão e marginalidade ainda maior dos países periféricos em relação ao mundo desenvolvido.

Dentro dos dois problemas abordados pela teoria imperialista, como visto acima, qual a consequência da nova configuração global nas relações entre as grandes potências? Como vimos, para Lênin, estas relações tendem a se tornar cada vez mais conflitivas, tornando a guerra interimperialista um instrumento fundamental na luta pela partição política e econômica do mundo.

Para a grande maioria dos autores fica claro que o momento atual do imperialismo torna muito pouco provável a eclosão de um conflito bélico interimperialista, nos moldes do período analisado por Lênin. Não se deve concluir, a partir desta constatação, de que a rivalidade entre estes países tenha desaparecido. Para autores como, Amin (2002), Bensaid (s.d.), Hudson (2003), a existência de uma rivalidade econômica não implica na possibilidade real da eclosão de um conflito militar. Esta impossibilidade, segundo Panitch e Gindin (2006), Chesnais (2003) e Kurz (2003), esta relacionada com o próprio caráter da mundialização contemporânea que reduz a própria competição entre as potências, a economia global esta muito mais integrada hoje que nos tempos de Lênin. O conflito bélico se tornou uma possibilidade remota, pois o poder bélico e tecnológico norte-americano é tão superior aos outros países que inviabiliza qualquer desafio neste campo. Para Katz (2002), a ação das potências esta matizada pelo papel dos grandes organismos internacionais (como a Organização Mundial do Comércio- OMC – ou o Fundo Monetário Internacional – FMI) o que reduz o embate direto entre os países.

No entanto, para Callinicos (1994) e Harvey (2003) a nova conjuntura motivada pela crise de acumulação e também pelo surgimento de novos centros emergentes, resultou em um crescimento cada vez mais intenso da concorrência econômica. Mas concordando com os outros autores citados, este aumento da crise não significa a possibilidade da guerra interimperialista.

Quando se pensa na nova conjuntura, uma nova ordem mundial, o mercado mundial o tema central do debate com a obra de Hardt e Negri (2011), assim como outros autores ditos pós-modernos é a ideia da sociedade transnacional, ou seja, dentro da própria argumentação destes autores, a concepção da substituição dos estados nacionais por uma sociedade descentralizada, sem fronteiras fixas, a diluição das classes e o surgimento da multidão (conceito fluído destinado a substituir o conceito de proletariado e, por oposição, de burguesia).

Uma leitura alternativa ao trabalho de Hardt e Negri (2001), que reconhece a existência de uma nova configuração política e econômica que se expande para a constituição de processos e classes transnacionalizadas, porém, não rompe com a centralidade do estado e das classes sociais para a análise e para os processos de luta inspirados no marxismo, é encontrada nos autores genericamente conhecidos como neogramscianos⁸.

As análises destes autores partem, não da superação do estado nacional, e sim da sua expansão. Correspondendo a mudança estrutural da economia mundial, temos o progressivo desenvolvimento de

um novo Bloco Histórico baseado na emergência de uma nova estrutura de classes transnacional. Assim, este bloco pode ser conceituado pela centralidade da livre empresa transnacional (GILL, 2003).

Segundo Van der Pijl (1988), entre 1917 e 1975 houve um processo de formação de uma classe capitalista internacional que integrou as burguesias do Atlântico Norte e que estabeleceu os princípios da hegemonia norte-americana sobre o mundo, aqui a fração dominante era o capital financeiro.

Não há dúvidas, portanto, sobre a mudança real que a globalização reflete, e seu impacto sobre a estrutura e mesmo a luta de classes. Assim, segundo Cox (1981), como uma consequência da emergência de um sistema produtivo global, para além da produção internacional, se torna cada vez mais pertinente pensar em termos de uma florescente estrutura de classes transnacional, juntamente ou sobreposta sobre as estruturas de classe nacionais. Em complemento, Gill (1990) identificou o “desenvolvimento de uma fração de classe capitalista transnacional”.

A existência de uma classe ou fração de classe capitalista transnacional também é defendida por Harvey (2003, p. 151), estes seriam “chefes executivos de multinacionais, financistas e rentistas”.

Mesmo negando a existência de uma burguesia transnacional, Katz (2002) reconhece a existência de setores de classe transnacionalizados, estes seriam a alta burocracia dos países periféricos, plenamente integrada, e muitas vezes pertencente, aos quadros dos organismos internacionais.

Já outros autores negam terminantemente o conceito de transnacionalidade, reafirmando por outro lado, a centralidade dos estados e das classes sociais “nacionais”.

Ao negar a ideia do surgimento de uma sociedade transnacional, os defensores do conceito de imperialismo reconhecem, contudo, a existência de uma estrutura econômica transnacional, composto por grandes corporações privadas transnacionalizadas. Assim, estas empresas atuam em um mercado global, são transnacionais, portanto, pelo alcance e pela escala de suas operações (BORON, 2007). Porém, são nacionais, pois, continuam vinculadas ao seu país de origem, tanto por sua propriedade como pela sua administração (DUMÉNIL; LÉVY, 2007). Nada disso existia na época do imperialismo clássico. Katz (2002) e também Chesnais (2003) aprofundam esta análise ao reconhecer que este mercado global se torna cada vez mais integrado. Aponta-se o surgimento de várias formas de alianças entre empresas e classes dominantes europeias, norte-americanas e japonesas, no espaço transatlântico e transpacífico. Este setor transnacionalizado torna-se dominante, colocando as empresas nacionais em segundo plano.

Segundo vários autores, como Gowan, Panitch e Shaw (2001 apud LEITE, 2010), Duménil e Lévy (2007) e Boron (2007), ao domínio das empresas transnacionalizadas sobrepõe-se o predomínio do capital financeiro, a tal ponto que podemos caracterizar nossa época como a fase do capitalismo financeiro⁹. Para Harvey (2003) a ascensão das finanças ao centro do palco da economia global foi fruto de uma estratégia norte-americana para manter sua hegemonia mundial. Por outro lado, assim como as empresas transnacionalizadas não podem ser assemelhadas aos *trusts* da época de Lênin, também o capital financeiro atual não é o mesmo daquele período, pois naqueles anos o predomínio era dos bancos, atualmente a fusão do capital bancário e industrial se dá no interior da própria empresa (WENT, 2001 apud LEITE, 2010), além do fato de que este capital atualmente forma um sistema muito mais integrado mundialmente.

A caracterização da fase atual do imperialismo está fundamentalmente ligada, no campo político, como já vimos, ao fim da Guerra Fria e da ordem mundial bipolar que o caracterizou. A partir daí abrem-se várias leituras possíveis ligadas à nova estrutura de poder mundial. Neste sentido, utilizaremos a sugestão apontada por Katz (2002) e Hudson (2003) que recorrem a uma classificação criada pelo marxista belga Ernest Mandel (1978), que nos anos 70¹⁰ indicou três modelos possíveis de imperialismo: o primeiro ele chamou de *superimperialismo*, quando uma única superpotência domina o cenário mundial; o *ultra imperialismo* (chamado por Katz (2002) de transnacionalismo), termo tornado emprestado de Kautsky que indicava uma situação onde não haveria o domínio de uma grande potência sobre outras, condição em que todas as grandes potências formariam, em comum acordo, uma espécie de consórcio para dominar todo o mundo; e por fim, o da competição *interimperialista*, estágio em que haveria um conflito aberto entre as grandes potências pelo domínio mundial, esta era a forma do período vivido por Lênin. Para Mandel (1978), também esta seria a característica do imperialismo nos anos 70.

A partir daí a questão central para se responder em qual dos tipos acima se enquadra a conjuntura atual é responder sobre o papel atual dos Estados Unidos. Para a interpretação hegemônica os Estados Unidos são uma potência decadente (WALLERSTEIN, 2002). Para Harvey (2003); Boron (2007); Kurz (2003); e também para Panitch e Gindin (2006), os Estados Unidos foram uma potência superimperialista, posição esta que faliu nos anos 70.

Assim, a concepção mais aceita seria de uma conjuntura de competição interimperialista. Para autores como, Chesnais (2003); Kurz (2003) e Amin (2002) o papel predominante dos Estados Unidos relaciona-se com seu papel diretor de um capitalismo coletivo, de uma gestão mundial conjunta das grandes potências. Para Amin (2002), o sistema mundial é dominado pela “tríade” (Estados Unidos, União Europeia e Japão) em que os Estados Unidos são o centro deste centro. Para Kurz (2003), vivemos em uma espécie do “capitalismo global ideal”, liderados pelos Estados Unidos, que agem como gestores e também como polícia mundial. As instituições deste capitalismo global só podem operar com a sustentação da política norte-americana, sem esta o capital transacional, os mercados financeiros, e mesmo os estados dos países centrais não poderiam sobreviver. A leitura deste autor se aproxima muito da visão de Hardt e Negri (2001), pois defende a ação deste país como de matiz essencialmente democrática.

Para Katz (2002), apesar de compreender que ainda estamos em uma etapa de competição interimperialista, estamos rapidamente deixando para trás esta condição, estaríamos em uma etapa de transição que não aponta para nenhum dos três tipos de imperialismo.

Callinicos (1994) é o único autor que não concorda com a tese da decadência norte-americana, no entanto, vê esta posição ameaçada pela ascensão de novas potências, o que possivelmente levará a um período de competição interimperialista mais acirrada.

A decadência do domínio norte-americano, para alguns autores, abre a possibilidade de uma ordem mundial sustentada pelo predomínio europeu. É interessante observar que para alguns autores este novo sistema seria mais “justo”, já que carregaria valores mais “universalistas, humanitários e democráticos” (AMIN, 2002) e seria um modelo mais inclusivo (TODD, 2004). Harvey (2003), por outro lado, se manifesta pessimista com esta visão benévola do capitalismo europeu.

Vamos agora abordar as ideias dos autores que buscam superar as análises de Lênin.

Para Hudson (2003), o erro de Lênin era pensar o imperialismo na relação entre centro e periferia, pois a construção e desenvolvimento da riqueza da potência dominante (Estados Unidos) se dá sobre seus estados vassalos. Esta dominação propicia a drenagem de capitais em benefício do mais forte. Para o autor, este *superimperialismo* também pode ser chamado de “Imperialismo Inter-Estatal”, pois não estamos falando de exploração e luta de classes e sim da relação entre estados.

Na interpretação de Panitch e Gindin (2006), o erro fundamental de Lênin foi não compreender que o imperialismo não é fruto de uma fase especial e avançada do imperialismo e sim de seus processos iniciais. Existe uma tendência de internacionalização do capitalismo já apontada por Marx no *Manifesto Comunista*. Assim, o imperialismo não pode ser reduzido aos seus aspectos econômicos e sim deve ser derivado de uma teoria do estado capitalista, é, portanto, um conceito político. Para Panitch e Gindin (2006, p. 26), capitalismo e imperialismo são, então, conceitos distintos.

Uma potência imperialismo não apenas deve deter a capacidade de dominar, mas também, e principalmente, a capacidade de coordenar seus estados vassalos, de promover benefícios coletivos. É assim que, segundo eles o surgimento do imperialismo como observado por Lênin se deveu a incapacidade da potência dominante de então – a Grã-Bretanha – de incorporar as potências ascendentes – como a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos (PANITCH; GINDIN, 2006, p. 28).

O imperialismo, seja na sua forma formal (colonialismo) ou informal (neocolonialismo), não pode ser apenas compreendido pelos conflitos interimperialistas ou pela supremacia de um país sobre o outro, mas deve ser compreendido através de relações complexas de interpenetração de um estado sobre o outro.

Para que uma grande potência possa desenvolver esta capacidade de coordenação era necessário que as estruturas deste estado sejam capazes de desenvolver estas capacidades. A expansão e a centralização do poder executivo do estado americano era necessária para que este pudesse projetar seu poder externamente, seja para fazer o comércio, seja para fazer a guerra.

A extensão deste estado tinha a função de desarticular os estados vassalos, desarticulando seus capitais nacionais e também suas classes nacionais.

O conceito chave, portanto, é o da *internacionalização do estado*, este foi retirado de Poulantzas, este observou que a partir dos anos 70 a tendência foi a de “transformações internalizadas do próprio estado a fim de assumir a responsabilidade da internacionalização das funções públicas em benefício do capital” (PANITCH; GINDIN, 2006, p. 43).

Esta releitura particular sobre o conceito de imperialismo de Panitch e Gindin, fundada, como vimos nas análises de Poulantzas, coincide em seus pontos centrais com a abordagem desenvolvida pelos autores neogramscianos (já citados anteriormente).

A historicização do conceito de imperialismo é um ponto central também para estes autores. Cox (1981), por exemplo, afirma que o imperialismo é um conceito bastante solto que na prática, tem de ser recém-definido com referência a cada período histórico. Sendo este uma dimensão das ordens mundiais, explicita o caráter vertical das relações de poder para além das relações horizontais de rivalidade

e conflitualidade interimperialistas, as relações de dominação político-econômicas são relações imperialistas. Sendo assim, o imperialismo não é visto, nem como fruto de relações econômicas específicas, nem fruto de uma determinada fase do capitalismo.

Cox (1987 apud GILL, 1997), foi o autor que originalmente desenvolveu o conceito de “internacionalização ou de globalização do Estado”. Para o autor este fenômeno não completamente novo, pois, segundo ele, já teria sido assinalado por Marx no *Manifesto*.

A interpretação de Panith e Gindin (2006) sobre a internacionalização do Estado foi desenvolvida de maneira mais profunda pelos neogramscianos, pois estes autores procuram dar conta da forma com que as estruturas internas de poder dos estados contemporâneos são afetadas pelos novos mecanismos político-econômicos internacionais criados para regular a relação entre estes estados na arena internacional. Assim, não estamos apenas falando das influências ocasionadas pelo aumento dos fluxos internos nas sociedades nacionais, mas sim da forma específica com que as estruturas de poder nacionais são alteradas quando suas economias são adaptadas para uma integração cada vez mais profunda com o mercado global. Esta integração econômica e interpenetração com as estruturas internacionais de poder promovem novos rearranjos políticos internos levando a vitória de novas “coalizões, alianças de classe e blocos históricos de forças sociais através, bem como dentro, dos países” (GILL, 1997).

Cox (1987) salienta que a internacionalização do Estado é um fenômeno universal, acontecendo tanto nos países desenvolvidos, mas também nos países periféricos do sistema capitalista. Mas certamente a internacionalização do Estado não tem as mesmas características no centro e na periferia do sistema.

Gramsci (1984) nos lembrou de que o Estado, por estar a serviço das classes dominantes, tem como função essencial permitir a ampliação máxima de seu poder, seja no campo político, econômico ou ideológico. Ou seja, a expansão máxima das classes dominantes não se limita às fronteiras nacionais, buscando a ampliação de seu domínio para a área internacional.

Assim a compreensão de Panitch e Gindin (2006) (e também de outros autores, como vimos) da importância da capacidade dos Estados de constituírem relações de coordenação pode também ser vista no conceito de hegemonia mundial desenvolvido por Gramsci e seus seguidores. Assim, a expansão internacional das classes dominantes de um país que busque construir sua hegemonia mundial apenas pode se realizar se este Estado for capaz de construir e defender uma ordem mundial, que ao mesmo tempo em que garante sua posição de domínio, também seja vista como legítima pelos demais países. A construção desta hegemonia necessita de mecanismos e instituições que operassem a nível internacional impedindo que a dominação da grande potência se revelasse de maneira explícita. Historicamente estas instituições variaram com o tipo de ordem estabelecida, porém todas elas podem ser enquadradas dentro do conceito de uma “sociedade civil internacional”.

Para concluir, esta linha de raciocínio é corroborada pela leitura de Boron (2007), que afirma a necessidade de utilizar os conceitos gramscianos para compreender a atual configuração do imperialismo. Utilizando o conceito de hegemonia mundial de Gramsci, Boron (2007) o caracteriza por três aspectos: o primeiro seria da “direção intelectual e moral”, que ele exemplifica com o conjunto de crenças ligadas com a cultura norte-americana, as doutrinas do livre mercado, da democracia e do anticomunismo. Em

segundo lugar, a direção política, a capacidade de liderança e coordenação sobre as nações que estão na sua órbita de influências, os estados vassalos. E por fim, o poder coercitivo, significando a capacidade bélica e também a econômica. Assim, este autor conclui que o poder norte-americano já não é hegemônico e sim apenas dominante.

Conclusão

Este trabalho mostra que a literatura marxista contemporânea dominante aponta para dois caminhos em relação a compreensão do imperialismo: numa primeira interpretação, mostra-se a necessidade de atualizar a leitura leninista clássica sobre o imperialismo, reconhecendo a necessidade de atualizar este conceito a partir das novas configurações políticas e econômicas do pós-guerra fria. O segundo caminho, busca um caminho pouco trilhado nas últimas décadas, utilizar ao pensamento de Gramsci, para repensar o conceito de imperialismo, inserindo-o dentro dos processos mais amplos da construção de hegemonias mundiais.

Reafirmar o conceito de imperialismo não pressupõe aceitar em bloco as formulações clássicas. Aceitar e reconhecer as mudanças históricas não significa ignorar as formulações clássicas. Este balanço sobre a teoria do imperialismo demonstra a riqueza das formulações clássicas e como conceitos desenvolvidos à quase cem anos ainda continuam a ser úteis para compreender o presente, o que significa entender que as mudanças *no* capitalismo não significam a mudança *do* capitalismo. Por outro lado, os clássicos precisam não apenas ser lidos, mas essencialmente, relidos. Ser fiel a uma escola de pensamento não significa reificá-la, significa sim historicizá-la. O pensamento dos clássicos, portanto, exige sempre sua superação: ou seja, ao mesmo tempo, mantidos, negados e transformados (atualizados).

Referências

- AMIN, S. Capitalismo, imperialismo, mundialización. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <http://www.socialismo-o-barbarie.org/actualizaciones_imperialismo/plantilla_seccion_imperialismo_sigloXXI.htm>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- _____. *El capitalismo senil*. 2002. Disponível em: <http://www.socialismo-o-barbarie.org/actualizaciones_imperialismo/plantilla_seccion_imperialismosigloXXI.htm>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- BENSAID, D. (s/d) *Un nuevo reparto violento*. s.d. Disponível em: <http://www.socialismo-o-barbarie.org/actualizaciones_imperialismo/plantilla_seccion_imperialismosigloXXI.htm>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- BORON, A. A. A questão do Imperialismo. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 521-527.
- CALLINICOS, Alex. *La estrategia del imperio norteamericano*. 2002. Disponível em: <http://www.socialismo-o-barbarie.org/actualizaciones_imperialismo/plantilla_seccion_imperialismo_sigloXXI.htm>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- _____. *El imperialismo hoy*. 1994. Disponível em: <http://www.socialismo-o-barbarie.org/actualizaciones_imperialismo/plantilla_seccion_imperialismosigloXXI.htm>. Acesso em: 20 ago. 2012.

- CHANG, H. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- CHESNAIS, F. *Tendencias profundas del imperialismo y realidad de las relaciones políticas mundiales*. 2003. Disponível em: <http://www.socialismo-o-barbarie.org/actualizaciones_imperialismo/plantilla_seccion_imperialismosigloXXI.htm>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- COX, R. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: KEOHANE, Robert. *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1981.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Neoliberalismo – Neoimperialismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 01-19, abr. 2007.
- _____.; _____. *O imperialismo na era neoliberal*. 2004. Disponível em: <http://www.socialismo-o-barbarie.org/actualizaciones_imperialismo/plantilla_seccion_imperialismosigloXXI.htm>. Acesso em 20 ago. 2012.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e História*. Rio de Janeiro: EPSJF/UFRJ, 2010.
- FOSTER, J. B. *The rediscovery of imperialism*. 2002. Disponível em: <<http://www.monthlyreview.org/1102jbf.htm>>. Acessado em: 20 ago. 2012.
- GILL, S. *American Hegemony and Trilateral Commission*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. Gramsci, modernity and globalization. *International Gramsci Society Online Article*, 1997. Disponível em: <www.italnet.nd.edu/gramsci/resources/online>. Acesso em: 19 jul. 2006.
- _____. *Power and resistance in the new world order*. Basingstore: Palgrave, 2003.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.
- _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARVEY, D. O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. *Socialist Register*, jul. 2003.
- HUDSON, M. *Una nueva configuración del imperialismo, una hegemonía que no está segura de sí misma*. 2003. Disponível em: <http://www.socialismo-o-barbarie.org/actualizaciones_imperialismo/plantilla_seccion_imperialismosigloXXI.htm>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- KATZ, C. *El imperialismo del siglo XXI*. 2002. Disponível em: <http://www.socialismo-o-barbarie.org/actualizaciones_imperialismo/plantilla_seccion_imperialismosigloXXI.htm>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- KINDLEBERGER, C. *The world in depression*. London: Penguin Books, 1973.
- KURZ, R. *Imperialismo de crise*. 2003. Disponível em: <http://www.socialismo-o-barbarie.org/actualizaciones_imperialismo/plantilla_seccion_imperialismosigloXXI.htm>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- LEITE, L. de M. *Uma análise das teorias do imperialismo contemporâneo à luz da teoria marxista clássica do imperialismo*. 2010. 118f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico)-Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- LÊNIN, V. I. Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. v. 1.
- MORGENTHAU, H.. *Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: UnB: IOESP: IPRI, 2003.
- NEGRI, A.; HARDT, M. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001).
- PANITCH, L.; GINDIN, S. Capitalismo global e império norte-americano. In: PANITCH, L.; LEYS, C. *O novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

TODD, E. *Entrevista: El ilusorio poder ilimitado de EEUU*. 2004. Disponível em: <http://www.socialismo-o-barbarie.org/actualizaciones_imperialismo/plantilla_seccion_IMPERIALISMOSIGLOXXL.HTM>. Acesso em: 20 ago. 2012.

VAN DER PIJL, K. *Transnational Classes and International Relations*. London: Routledge, 1998.

WALLERSTEIN, I. *El águila tiene un aterrizaje violento*. 2002. Disponível em: <http://www.socialismo-o-barbarie.org/actualizaciones_imperialismo/plantilla_seccion_imperialismo_siglo_XXI.htm>. Acesso em: 20 ago. 2012.

_____. *El imperio y los capitalistas*. 2003. Disponível em: <http://www.socialismo-o-barbarie.org/actualizaciones_imperialismo/plantilla_seccion_imperialismosigloXXI.htm>. Acesso em: 20 ago. 2012.

WEEKS, J. Imperialismo e mercado mundial. In: BOTTOMORE, T. (Ed.) *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

Notas:

¹ Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. Professor e Coordenador do curso de Ciências Sociais do IFPR/Paranaguá. Email: mvcps@hotmail.com.br

² Esta foi a constatação do marxista indiano Prabhat Patnaik, que publicou em 1990, na *Monthly Review* um texto intitulado: “*Whatever Happened to Imperialism?*”, em que demonstrou o quase completo desaparecimento do conceito nos estudos marxistas do período (FOSTER, 2002).

³ Vários textos do debate foram reunidos pela revista *Socialismo o Barbarie*, que podem ser encontrados na página *on-line* da revista: <http://www.socialismo-o-barbarie.org/>. Acesso em: 20 ago. 2012.

⁴ Hans Morgenthau, considerado o “fundador” dos estudos científicos contemporâneos das relações internacionais, no seu livro clássico publicado em 1948 - *Política entre as nações. A luta pelo poder e pela paz* -, usa apenas duas páginas para analisar o imperialismo, para concluir que todas as suas conclusões são errôneas. Entre os raros autores não-marxistas que usaram o conceito podemos citar, J. Schumpeter – *Sociologia do Imperialismo* (1919) e H. Arendt – *Origens do Totalitarismo* (1951).

⁵ Esta também era a visão do governo norte-americano. Somos uma nação “indispensável” e “insubstituível”, nas palavras de Madeleine Albright, a Secretária de Estado do governo democrata de Bill Clinton, representante da chamada “terceira via” (BORON, 2007).

⁶ A análise dos textos de Sakellariopoulos foi feita por Leonardo de Magalhães Leite em sua dissertação de mestrado intitulada: *Uma análise crítica das teorias do imperialismo contemporâneo à luz da teoria marxista clássica do imperialismo* (2010). A conclusão da dissertação é a mesma daquele autor.

⁷ Segundo Harvey (2003) a acumulação por desapossamento significa “um “capitalismo de rapina” muito mais dedicado à apropriação e desvalorização de ativos do que à sua construção por meio de investimentos produtivos”. Conceito originalmente definido por Marx como “acumulação primitiva”, para Harvey esta seria uma forma alternativa ainda atual e não superada pelo capitalismo contemporâneo.

⁸ Autores que utilizam as categorias de Gramsci para o estudo das relações internacionais, da política internacional, dos processos de construção do imperialismo e da hegemonia internacional.

⁹ Virginia Fontes (2010) utiliza o termo de *capital-imperialismo*.

¹⁰ MANDEL, E. *El capitalismo tardío*, México: Era, 1978. (cap. 10).

Recebido em: 05/09/2012

Publicado em: 04/2013